

ANEXO VI

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
TRE-PR**

**PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL 2023
FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

JANEIRO DE 2023
SUMÁRIO

- 1) INTRODUÇÃO
- 2) OBJETO
- 3) SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS
 - A. ACESSIBILIDADE
 - a. Passeio Público
 - b. Pátio interno
 - c. Central de Atendimento ao Eleitor (C.A.E.)
 - d. Sanitários acessíveis
 - B. PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO
 - C. AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO
 - D. MUROS DE DIVISA
 - E. COBERTURA
 - F. AR CONDICIONADO
 - G. INFILTRAÇÕES EM JANELAS
 - H. PORTA DA COPA
 - I. RACHADURAS
 - J. ELÉTRICA
 - a. Iluminação externa
 - b. Adequação das tomadas de piso dos guichês de atendimento
 - c. Depósito de Urnas
 - d. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)
 - e. Sala de Audiência / Cartório
 - f. Copa
 - g. Quadro e identificação de disjuntores, tomadas e interruptores
 - h. Eletrocalha de dados
 - K. CAIXA D'ÁGUA
 - L. PISO CERÂMICO
 - M. TOLDOS
 - N. PINTURA DA EDIFICAÇÃO
- 4) PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

- 5) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
- 6) BDI - Benefícios e Despesas Indiretas
- 7) ENCARGOS SOCIAIS (LEIS SOCIAIS)
- 8) RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRA
- 9) DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA
- 10) PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO
- 11) CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
- 12) RESPONSABILIDADE TÉCNICA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

1) INTRODUÇÃO

Este PROJETO BÁSICO visa orientar na contratação de empresa de engenharia, especializada no ramo, para execução da **Reforma Geral no Fórum Eleitoral de Ibiporã**.

Considera-se como projeto básico o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, a serem apresentados no memorial descritivo do projeto executivo.

Neste documento serão apresentadas as soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas para todos os problemas identificados na edificação em questão durante as visitas técnicas realizadas.

Os documentos anexos a este projeto básico, como o cronograma físico-financeiro a planilha orçamentária e os critérios de aceitação, tem seus detalhes aqui apresentados e visam dar os subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra e identificar os tipos de serviços a executar e os materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações.

Recomenda-se a leitura detalhada e na íntegra deste documento, acompanhando-se inclusive dos projetos anexos, projeto executivo, critérios de aceitabilidade e demais documentos contratuais, a fim de se obter uma perfeita compreensão de todas as partes que o compõem.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

2) OBJETO

Contratação de empresa especializada para a Reforma Geral da edificação que abriga o Fórum Eleitoral de Ibiporã, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, assim como no projeto executivo.

Estima-se o prazo total de execução dos serviços em de 118 dias, conforme detalhado em tópico específico deste documento referente ao cronograma físico-financeiro.

3) SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS

A. ACESSIBILIDADE

a. Passeio Público

A imagem abaixo mostra que não existe piso tátil no passeio público da edificação, resultando na desconformidade com a NBR 9050 (2020). Deve ser feita a adequação de todo o perímetro da calçada, a fim de facilitar a locomoção de portadores de deficiência visual. Como a largura do passeio público em concreto é de 1 m, deve ser feita a ampliação do mesmo, a fim de atingir o mínimo de 1,50 m, conforme normatizado na 9050:2020. O passeio existente apresenta boas condições, não necessitando sua demolição para a execução de um novo.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023



b. Pátio interno

O piso do pátio do Fórum Eleitoral não possui piso podotátil, contrariando os parâmetros exigidos na NBR 9050:2020. Dessa forma, deve ser instalado o piso tátil no plano inclinado de acesso à C.A.E. Considerando que o piso atual é do tipo paver, não recomendado pela norma, a melhor solução é sua completa remoção e execução de um piso de concreto no local.

O pátio do Fórum Eleitoral necessita demarcação de vagas de idoso e convencionais, com o intuito de atender a legislação vigente de acessibilidade.

O estacionamento da edificação está alocado nos fundos do terreno. Para especificar vaga de idoso, será necessária a execução de calçada que liga o estacionamento à C.A.E.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023



c. Central de Atendimento ao Eleitor (C.A.E.)

A norma de acessibilidade, NBR 9050:2020, exige a existência de alguns itens de sinalização básica para pessoas com deficiência em ambientes de atendimento ao público, como é o caso da Central de Atendimento ao Eleitor, como segue:

Deve ser reservado entre os assentos da C.A.E. um módulo de referência para reservar lugar para pessoa com cadeira de rodas, conforme disposto no item 10.19.3, com o símbolo internacional de acesso (SIA), ilustrado no item 5.3.2 da NBR 9050:2020, com posicionamento conforme as dimensões expressas no item 10.3.4.1 da mesma norma.

Vale ressaltar que o módulo de referência deve ser do tipo tapete emborrachado ou adesivo PVC colado ao piso, pois a simples pintura se desgasta muito rapidamente. Já o piso tátil é confeccionado em borracha na cor azul, sendo realçado sobre o branco do ambiente, utilizado como padrão para os demais Fóruns Eleitorais.

Sobre a porta da C.A.E. é vital a instalação de um alarme de emergência audiovisual, com botoeira localizada próxima às mesas de atendimento, a fim de atender ao “princípio dos dois sentidos” em pontos-chave da rota de fuga da edificação.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

Não existe na porta de entrada da C.A.E. a placa com indicação em braille de permissão de entrada com cão-guia, com o símbolo conforme item 5.3.5.2 da NBR 9050:2020.



Já o piso, deve possuir sinalização visual e tátil (de alerta e direcional), perfazendo um caminho acessível interno interligando a entrada da C.A.E., os guichês de atendimento, os sanitários acessíveis e o bebedouro.

O bebedouro existente no Fórum é de modelo acessível, mas está instalado na altura incorreta, necessitando readequação conforme o item 8.5.1.3 da NBR 9050 (2020).

A não execução dos respectivos serviços gera a desconformidade da edificação perante as normas vigentes. Assim, propõe-se como solução a completa adequação da acessibilidade na C.A.E., com a instalação do módulo de referência e instalação do alarme de emergência.

d. Sanitários acessíveis

Ambos os sanitários adaptados da C.A.E. apresentam desconformidade com a NBR 9050 (2020) nos itens elencados abaixo:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

- Barras das portas que não estão a 10 cm de distância das dobradiças, além de seu diâmetro e comprimento não coincidirem com o descrito na norma;
- Maçaneta com menos de 10 cm;
- Barras fixas horizontais atrás e ao lado do vaso sanitário com diâmetro, comprimento e largura incompatíveis com a NBR 9050:2020;
- Ausência de alarme destinado a deficientes físicos;
- Vaso sanitário com altura maior que 46 cm, sóculo abaixo do vaso está sem as bordas arredondadas e distância da parede lateral inferior a 40 cm;
- A válvula de descarga dos banheiros não é do tipo acessível;
- Lavatórios de coluna.

Deve ser executada a substituição e/ou reposicionamento de todos os itens acima citados.

O revestimento cerâmico deve ser substituído parcialmente, apenas onde for necessário para deslocar a bacia sanitária até a posição correta, seguindo o padrão estipulado nas reformas anteriores de Fóruns Eleitorais, isso porque o restante do revestimento, tanto em parede quanto no piso apresenta bom estado de conservação, e a substituição completa do revestimento cerâmico acarretaria em alto custo e tempo de execução, porém, é preciso ressaltar que a depender de qual modelo cerâmico for adquirido haverá discrepância de tonalidade entre as peças novas e as antigas.

Apenas se faz necessário atender aos padrões de acessibilidade nos sanitários da C.A.E, visto que se trata de banheiros destinados ao público em geral.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

B. PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

O sistema de sinalização de emergência não atende por completo a NPT 020 do Corpo de Bombeiros do Paraná. Não há placas indicativas de quadro elétrico, GLP, medidas preventivas (M1), extintores e rota de fuga. Já a demarcação de piso para o extintor do depósito de urnas está desgastado e necessita substituição para adequar aos padrões exigidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

O sistema de iluminação de emergência deve ser executado conforme projeto elaborado, complementando os pontos onde o item estiver ausente e substituindo as luminárias antigas e com baixa iluminação.



A unidade conta com abrigo de gás, o qual é corretamente utilizado (botijão guardado no abrigo), porém ainda faltam alguns dispositivos de segurança. Referente à legislação do CBM-PR, o abrigo não possui as sinalizações de emergência e extintor ao lado, conforme descrito nas NPT's 020 e 021, respectivamente. Para regularizar a situação é necessária a instalação dos registros de fecho rápido (abrigo e ao lado do fogão), placas de sinalização – alerta, proibição e medida preventiva –, e extintor fixado a no máximo 1,6 metros de altura do piso acabado, além do teste de

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

estanqueidade no sistema, a fim de averiguar se o mesmo comporta a pressão de trabalho sem vazamentos.



Considera-se de extrema importância a adequação, visto que a desconformidade pode levar a aplicação de multa em uma eventual vistoria do Corpo de Bombeiros.

C. AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO

Existe aos fundos da edificação um estacionamento, porém fora das normas, pois não contempla vaga reservada para pessoa com deficiência e idoso, não existe também caminho acessível entre o estacionamento e a entrada da edificação. Também foi solicitado pelo Chefe do Cartório durante a visita a ampliação do estacionamento.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023



D. MUROS DE DIVISA

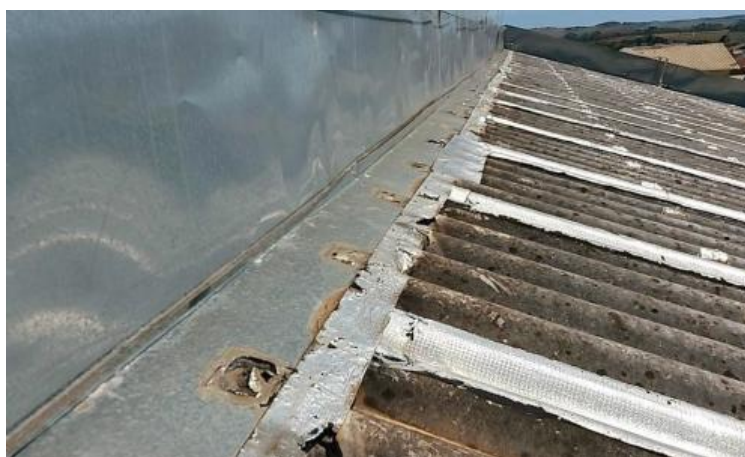
Os muros de divisa não contém capa de muro, item que atua na prevenção do surgimento de manchas escuras de intempéries na alvenaria e na prevenção da evolução de fissuras surgidas sobre o muro. Dessa forma, deve ser feita a instalação deste item que, além de agregar diversos benefícios, ainda preserva a pintura recentemente realizada, trazendo parcimônia ao bem público.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023



E. COBERTURA

Conforme mencionado pelo chefe cartorário no dia da visita técnica, não há focos de infiltração pelo telhado da edificação. Durante a inspeção realizada na cobertura, foram constatados alguns trechos de rufos com aberturas no encontro com a alvenaria, indicando o término da vida útil das vedações e também diversos trechos de manta aluminizada aplicados como medida paliativa. Dessa forma, como forma preventiva, deve ser aplicado selante em regiões isoladas, substituição das vedações, a troca dos rufos e telhas com sinais de desgaste, e uma revisão geral da cobertura com a renovação das vedações dos fixadores.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

O rufo de topo da parte superior da cobertura, apesar de estar mais afetado por sinais de ferrugem, também não indica sinais de infiltrações. Todas as vedações dos rufos e calhas serão renovadas.



F. AR CONDICIONADO

O sistema de ares condicionados não contém tubulação de drenagem da água acumulada pelos condensadores até a área do jardim. Assim, as mangueiras lançam água sobre a calçada dos fundos da edificação, atrapalhando a passagem de pessoas e também gerando poças junto à base da parede, podendo resultar em infiltrações na alvenaria.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023



Deve ser feita a canalização dos drenos, fixados na alvenaria, com instalação aparente, seguindo até o gramado.

G. INFILTRAÇÕES EM JANELAS

Existem infiltrações de baixa magnitude em parte das janelas do Fórum Eleitoral. Vários motivos podem ter originado as infiltrações, como falhas no selante que veda a face externa das janelas, soleiras sem inclinação para o lado externo ou até mesmo falha na montagem das janelas. Dessa forma, como medida de menor custo e que tem grandes chances de sanar os vícios construtivos, deve ser substituído o selante de todas as janelas da edificação como medida preventiva, visto que a NBR 5674 pede que seja feito a constatação visual e quando houver falhas nos selantes, substituí-los em sua totalidade.

H. PORTA DA COPA

Deve ser realizada a manutenção geral na porta de correr da copa do Fórum, para garantir o perfeito funcionamento da mesma.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023



I. RACHADURAS

Foi constatada patologia na alvenaria onde o medidor da COPEL está instalado. Devido a ausência ou subdimensionamento da estrutura, ocorreu o recalque, onde a parede se destacou do muro de divisa. Dessa forma, deve ser feita a recuperação da rachadura com o grampeamento da alvenaria.



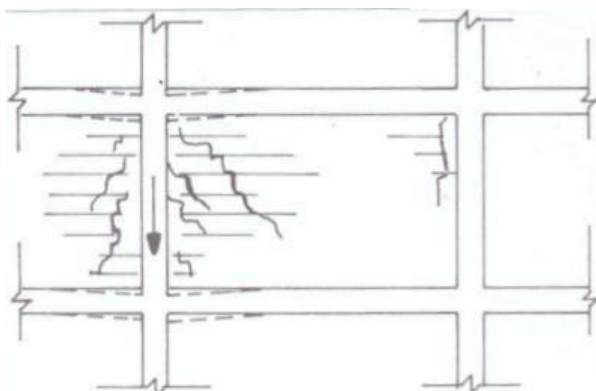
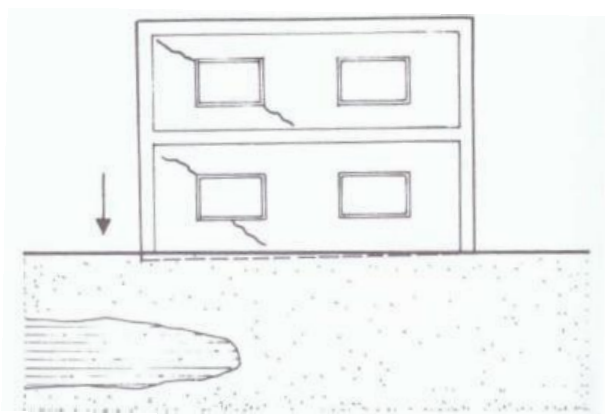
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

Para auxiliar o entendimento das patologias construtivas constatadas, estão ilustradas a seguir figuras e conceitos retirados do livro “Trincas em edifícios¹”.

Recalque

O recalque da fundação é o ‘afundamento’ do solo quando submetido à cargas. Toda edificação provoca o recalque do solo, porém, ele só se torna um problema quando ultrapassa o limite previsto em projeto. As causas para o recalque podem ser diversas, desde rompimento de tubulações enterradas ou até mesmo obras vizinhas.

A origem do recalque no Fórum Eleitoral é incerta, porém, é fato que esta ocorreu e ocasionou as fissuras ilustradas nas imagens a seguir. Há grande probabilidade de o padrão da COPEL não possuir alicerces, resultando no recalque visto na imagem acima. Tal vício construtivo é visto em grande parte dos medidores das edificações do estado.



¹ Thomaz, Ercio - Trincas em edifícios: causas, prevenção e recuperação - 2ªed - São Paulo : Oficina de Textos, 2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

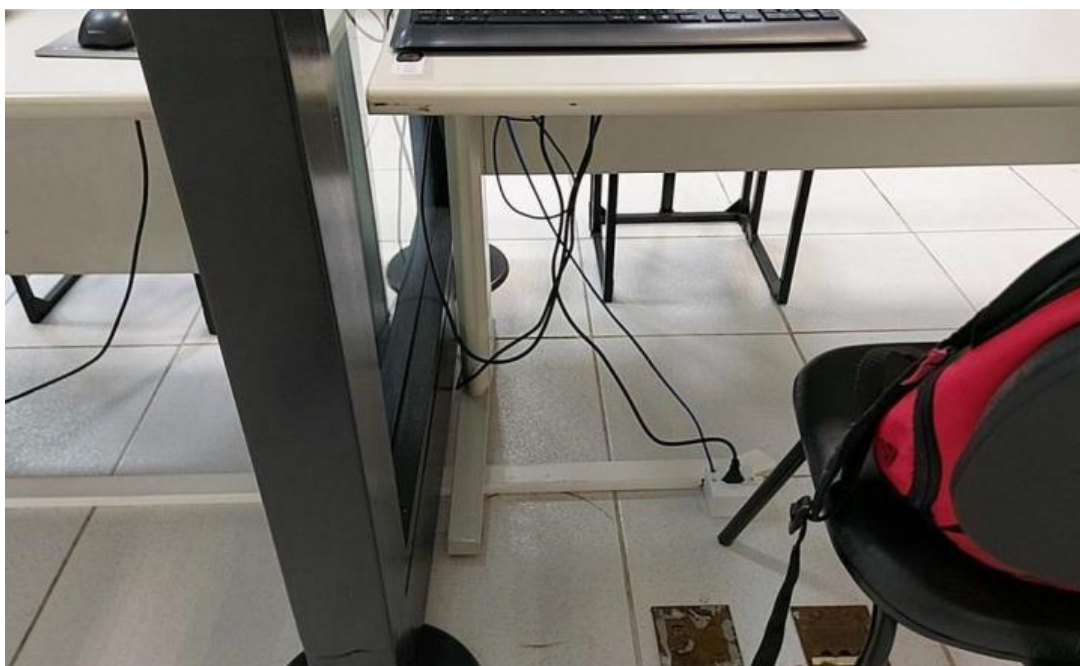
J. ELÉTRICA

a. Iluminação externa

Foi solicitado pelo chefe cartorário a instalação de dois novos postes de iluminação no pátio da edificação, para aumentar a iluminação externa. Os pontos já possuem caixa de inspeção em local próximo, o que facilita a instalação dos mesmos. Foi solicitado que os postes sejam colocados na área em frente à edificação.

b. Adequação das tomadas de piso dos guichês de atendimento

Atualmente existe uma canaleta retangular com tomadas de sobrepor no sob as mesas de atendimento, gerando impasses devido aos seus posicionamentos. Dessa forma, deve ser feita a retirada das canaletas e tomadas de piso, embuti-las e fazer tomadas fixadas nas próprias mesas, como já foi executado em outros Fóruns Eleitorais.

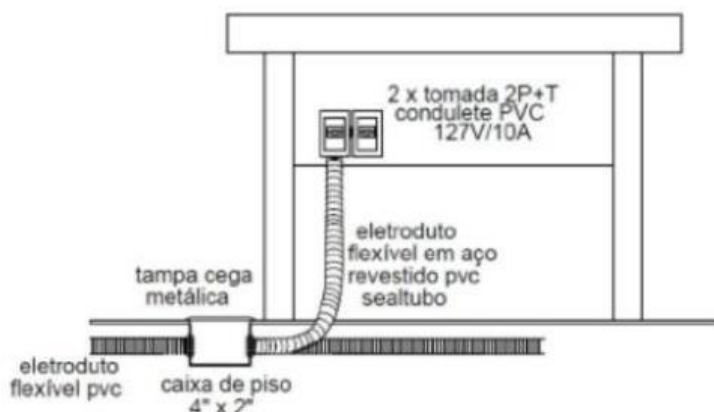


As tomadas elétricas e tomadas de lógica (RJ45) para as mesas dos guichês serão do tipo sobrepor, instaladas na parte inferior das mesas de atendimento. Deverá ser instalado eletroduto flexível de aço galvanizado revestido por PVC (sealtube) desde a caixa de passagem embutida no piso até as tomadas de sobrepor sob a mesa do guichês.

Deverão ser instaladas tampas cegas nas tomadas de piso existentes.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

A imagem a seguir sugere como pode ser feita a instalação.



c. Depósito de Urnas

No dia da visita técnica foram encontrados cabos pendurados entre as estantes. O chefe cartorário relatou que é necessária essa extensão para que as urnas possam ser ligadas, visto que não há pontos de energia e de rede para fácil acesso no ambiente.

Existem os pontos na parede do portão do depósito de urnas, mas não foram passados os cabos. Dessa forma, deve-se passar os cabos de rede e de cobre até as caixas de luz existentes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

d. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)

Toda a malha de captação deverá ser removida. Atendendo as especificações da NBR 5419 - 2015, serão utilizados as estruturas metálicas instaladas no telhado como captadores naturais de SPDA, tais como os rufos e contrarufos metálicos que serão substituídos por novos, as linhas de vida existentes, escada de marinho e estrutura metálica de suportes/fixação das telhas. Para garantir o bom funcionamento deste sistema de captação deverá ser garantida a continuidade de conexão entre os vários trechos de rufos, contrarufos e das estruturas de suportes/fixação das telhas através de conexões por solda, conectores e/ou parafusos.

A conexão entre os diversos materiais que irão compor o sistema de captação deverá ser feita com cabo de alumínio nu 70mm² ou cabo de cobre nu 35mm², devendo ser utilizados conectores bimetálicos quando se fizer necessário para evitar a corrosão galvânica, como há a possibilidade de dúvidas por parte do empreiteiro em relação ao tipo de conector a ser utilizado, tais serviços só poderão ser executados mediante a liberação expressa por parte da fiscalização. Para a conexão do sistema de captação para as descidas existentes também deverão ser atendidos estes critérios.

Ainda conforme a norma, as descidas não necessitam de eletrodutos e caixas de inspeção em condutele, podendo estes acessórios serem removidos caso se faça viável. Caso a descida seja com barra chata de alumínio deverá ser instalado conector bimetálico a cabo de cobre nu 35mm² e deste até a malha de aterramento que é composta por cabo de cobre nu 50mm². Caso a descida seja em cabo de cobre nu 35 mm², esta deverá ir direto até a conexão com a malha de aterramento com cobre nu 50mm²

Deverá ser feita a limpeza das caixas de concreto com haste de aterramento e preenchimento destas com brita granulada.

Na data da visita inicial, foram encontradas tampas quebradas. As tampas danificadas devem ser substituídas por novas, visto que mantê-las como estão podem resultar em acidentes.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023



e. Sala de Audiência / Cartório

Existe um cabo de rede que passa pela fresta da porta da sala de audiência e vai até o cartório, ficando aparente por toda a sua extensão. À pedido do chefe cartorário, deve ser feita a retirada deste cabo e execução dos pontos de rede próximos aos equipamentos que o estão utilizando.

f. Copa

Deverão ser instaladas 4 tomadas de sobrepor na copa, derivando os circuitos das tomadas existentes através de canaletas fixadas nas paredes.

g. Quadro e identificação de disjuntores, tomadas e interruptores

A identificação dos disjuntores no quadro de distribuição da edificação precisa ser atualizada. Deverão ser identificadas todas as tomadas elétrica e lógica, DPS's e interruptores e instalação de etiquetas adesivas com a nomenclatura dos respectivos circuitos. Também deverá ser feito o aterramento das portas dos quadros.

Deverá ser feita a instalação de barramento de neutro no quadro elétrico.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

h. Eletrocalha de dados

A eletrocalha de dados que parte do rack deverá ser elevada para acima do forro. Os cabos deverão ser suspensos por abraçadeiras de Nylon para que possa ser feita a retirada da eletrocalha e reinstalação desta acima do forro. Pelo que foi verificado in loco, há extensão suficiente de cabos para que seja feita essa elevação sem a necessidade de realização de emendas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

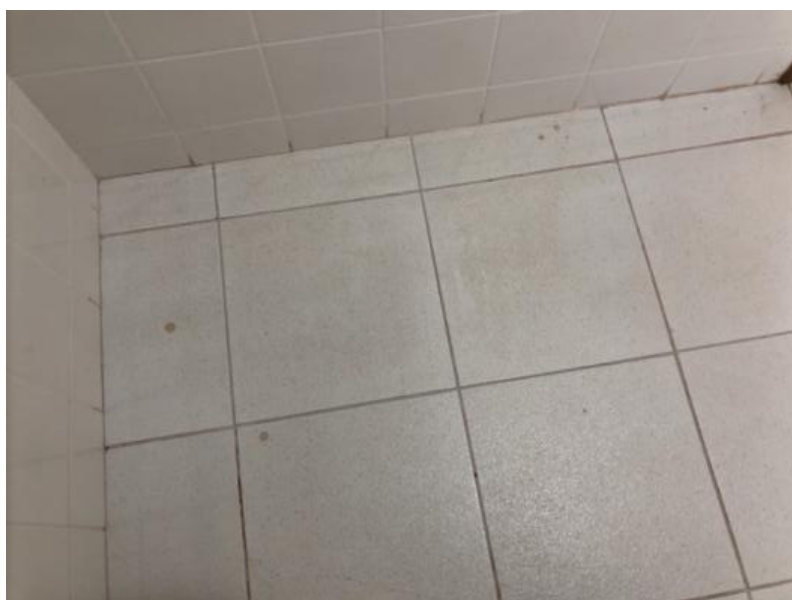
K. CAIXA D'ÁGUA

As companhias de tratamento de água recomendam a limpeza da caixa d'água no intervalo de seis em seis meses. Visto que não se tem registro de quando foi realizada a última limpeza, considerando o estado atual das caixas, deve ser realizado esse serviço.



L. PISO CERÂMICO

Como problema crônico na maioria dos Fóruns Eleitorais, as manchas no piso cerâmico afetam a estética da edificação. Tal vício é de difícil constatação, podendo estar na superfície do esmalte como também advir do tardo das cerâmicas. Dessa forma, deve ser realizada a limpeza das superfícies com ácido muriático ou equivalente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

M. TOLDOS

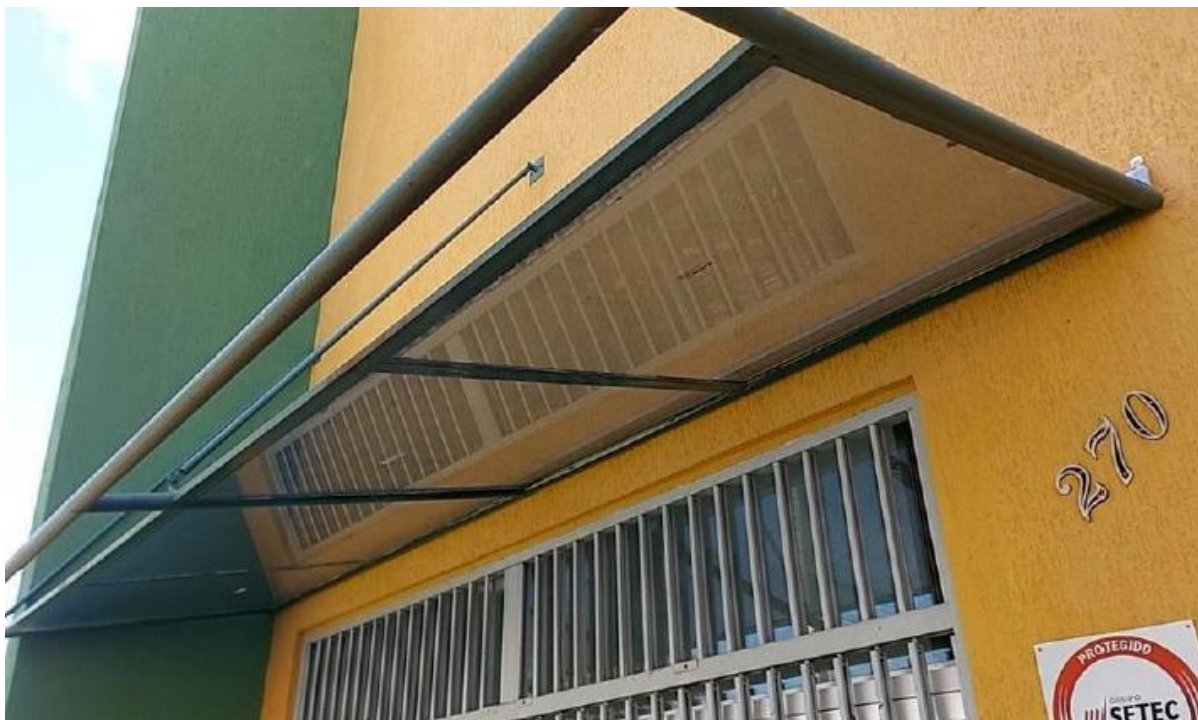
As chapas dos toldos da C.A.E e da Copa são de policarbonato compacto, ambas apresentam bom estado de conservação, não necessitando serem substituídas.

O toldo sobre o portão do Depósito de Urnas é composto por lona, e também não apresenta defeitos que impliquem na necessidade de sua substituição.

A fim de aumentar a vida útil das estruturas deve ser executada a limpeza completa dos toldos e pintura das estruturas de suporte dos toldos, pois já é possível observar alguns sinais de ferrugem.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023



N. PINTURA DA EDIFICAÇÃO

No geral, a pintura interna do Fórum Eleitoral apresenta bom estado de conservação, sendo necessários alguns reparos pontuais. Porém, alguns serviços gerarão a necessidade de pintura.

Conforme estabelecido nos Estudos Técnicos Preliminares, a pintura geral da edificação não será incluída nessa contratação, devendo ser executada em momento futuro através de contrato específico. Apenas será executada a pintura exclusivamente necessária para a adequação da acessibilidade, ou seja, aquela no pátio do estacionamento, para cobrir as vagas irregulares e criar as novas vagas.

Recomenda-se que seja feita a contratação da pintura geral da edificação logo após a conclusão dos serviços, para restaurar os padrões estéticos da edificação, que serão afetados pelos serviços da reforma.

4) PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

O orçamento de referência para a execução da obra é de **R\$ 124.060,14 (cento e vinte e quatro mil e sessenta reais e quatorze centavos)** e foi elaborado com base nos preços apresentados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

Índices de Construção Civil (SINAPI/CEF) data base de **dezembro de 2022**, dentre outras bases de preços oficiais, conforme preconiza a legislação.

Conforme disposição dos Estudos Técnicos Preliminares, a contratação será por empreitada global, e o valor das propostas da licitante deverá ser a soma dos custos diretos e BDI. As informações relativas aos preços ofertados e também ao BDI serão de inteira responsabilidade do Licitante.

Junto da planilha que apresenta o orçamento de referência também é enviada planilha orçamentária para a formação dos preços, a ser preenchida pelo licitante.

Para a formação dos preços, os custos devem integrar a proposta na totalidade dos serviços necessários, ou seja, nos preços unitários deverão estar incluídos todos os equipamentos, materiais, perdas, instrumentos, mão-de-obra (inclusive com a previsão de custos para eventuais horas extraordinárias ou adicionais noturnos, a fim do cumprimento do prazo da obra e do cronograma físico-financeiro), e quaisquer outras despesas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste contrato.

Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos, os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários e/ou no global constantes da proposta.

Recomenda-se a inclusão no edital de cláusula a estabelecer, de forma objetiva, o que será objeto de aditamentos durante a execução da avença, bem como a definição do que venha a ser "subestimativas ou superestimativas relevantes", como, por exemplo, o estabelecimento de percentuais de tolerância quantitativa admitida em cada item do orçamento que torne descabida a celebração de aditivo, como, ainda, a necessidade de que a imprecisão se refira a serviço materialmente relevante do empreendimento (avaliado de acordo com a metodologia ABC), em prestígio ao princípio da segurança jurídica, conforme item 9.1.9 do Acórdão TCU nº1977/2013.

Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária. A planilha orçamentária estima, conforme recomendação do TCU (Acórdão n. 2.622/2013-TCU-Plenário),

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

6,23% do valor dos serviços como o valor referente à administração local, contemplados em etapa específica da planilha orçamentária.

Na formação do seu preço, o licitante deverá ofertar valores unitários iguais para os itens da planilha de orçamento que se repetem em todas as etapas da obra.

As Licitantes poderão modificar a planilha de formação de preços apresentada em anexo apenas no conteúdo das colunas relativas ao preço unitário das composições.

O percentual correspondente ao BDI, considerado para compor o preço total, deverá estar expresso na planilha orçamentária, em célula específica, e deverá ser igual ao apresentado pela empresa na composição analítica do BDI.

A planilha orçamentária foi elaborada de maneira a permitir a adoção de sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas, conforme determina a Lei 14133 de 2021. Uma etapa da planilha orçamentária será considerada efetivamente concluída apenas quando todos os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

Durante a execução dos serviços, tomando como base as informações disponibilizadas pela empresa através dos Relatórios Diários de Serviços e também de visitas técnicas realizadas pela fiscalização, será elaborada medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha orçamentária que será disponibilizada à empresa contratada para acompanhamento. A medição prévia apresentada não exime a contratada de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica a aceitação definitiva dos serviços executados.

5) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Tem-se no cronograma físico-financeiro uma representação gráfica do desenvolvimento dos serviços a serem executados ao longo do tempo de execução da obra, demonstrando, em cada período, o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro despendido.

Para a elaboração do prazo estimado de execução das etapas do cronograma, foi feita a análise dos coeficientes de mão de obra utilizados nas composições pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI/CEF).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

Para a elaboração do prazo de execução estimado os finais de semana foram considerados como dias não trabalhados, utilizou-se uma jornada de trabalho de 6 horas diárias, apenas no período da tarde, com uma equipe de trabalho estimada, condizente com a complexidade e dimensão dos serviços, e considerando a execução simultânea de certas etapas.

O dimensionamento da equipe de trabalho ficará a cargo da empresa contratada, devendo atender ao cronograma previamente estabelecido.

Assim, estimou-se o **prazo de execução para os serviços mínimos de 118 dias corridos, considerando a semana de trabalho de segunda à sexta.**

Antes do início da execução dos serviços o contratado deverá realizar análise profunda do cronograma físico-financeiro elaborado, apresentando todas as alterações nos prazos de execução, conforme julgar necessário, ficando ao critério da fiscalização a aprovação das alterações. Não devem ser aceitas propostas de alteração no cronograma físico-financeiro que importem em dilação do prazo de execução.

Recomenda-se a sistemática de medição e pagamento associada à execução completa de etapas do cronograma físico-financeiro, vinculadas ao cumprimento dos critérios de desempenho e aceitabilidade, tal sistemática deve ser levada em consideração pela empresa contratada para a elaboração de seu cronograma.

A execução simultânea de etapas carece de formal autorização da fiscalização, devendo essa situação estar prevista no cronograma físico-financeiro.

O modelo de cronograma físico-financeiro foi elaborado para ser adaptado, quando se fizer necessário, durante a execução dos serviços, por isso, todos os dias nos quais o trabalho for impraticável serão registrados, e, se necessário, os prazos serão ampliados na mesma proporção.

A contratada deverá cumprir rigorosamente as atividades do cronograma físico-financeiro na ordem e no prazo nele disposto. A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e da aprovação pela fiscalização, dos trabalhos relativos às etapas anteriores.

Toda e qualquer situação que implique necessária alteração do cronograma em qualquer de seus aspectos, será elaborada apenas pela Administração. As alterações serão sempre informadas tempestivamente à empresa.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

O cronograma de referência foi elaborado tendo como data prevista o dia 01/04/2023 e será ajustado a data real após a definição desta na reunião inicial dos serviços.

6) BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI

A taxa do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, representa um percentual que, aplicado sobre o custo da obra, eleva-o ao preço final dos serviços. Deve ser destacado em item próprio na planilha orçamentária, não fazendo parte da composição dos preços unitários.

Essa taxa, calculada pela fórmula apresentada abaixo, contempla as seguintes despesas:

- Administração central (AC);
 - Taxa representativa das despesas de rateio da administração central, que considera despesas referentes à estrutura administrativa da empresa, como manutenção da sede da empresa para dar suporte técnico, administrativo e financeiro a todas as obras que estejam em execução.
- Despesas Financeiras (DF);
 - São gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data do efetivo desembolso e a data da receita correspondente. Deve-se analisar qual o custo de oportunidade do capital, ou seja, deve-se apurar qual seria o seu rendimento se o capital de giro tivesse sido aplicado no mercado financeiro naquele período. Não considera-se aqui os valores dos juros cobrados em empréstimos bancários.
- Seguros (S);
 - Percentual calculado sobre o total da obra para garantir o seguro básico do projeto;
- Garantias;
 - Garantias exigidas sobre o empreendimento definidas em edital;

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

- Riscos (R);
 - Custos com imprevistos que não estão contemplados por seguros. Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros cuja ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc); perdas de eficiência de mão-de-obra; perdas excessivas de material (por quebras ou retrabalhos) e greves
- Taxa representativa da incidência de Impostos e Tributos (I);
 - Tributos municipais, estaduais e federais incidentes;
- Taxa representativa da Remuneração.
 - Percentual de lucratividade prevista para o projeto.

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

As alíquotas de tributos apresentadas pelo proponente na composição do BDI devem observar a legislação tributária vigente (Acórdão 2.622/2013, TCU).

Despesas relativas à administração local de obras e instalação e manutenção do canteiro serão tratadas como custo direto.

Os custos de mobilização, desmobilização, limpeza permanente da obra, equipamentos de segurança coletiva, treinamentos, ensaios técnicos e demais custos para operação e manutenção da obra foram considerados dentro das composições específicas.

No que tange aos tributos, é importante que somente sejam incluídos aqueles pertinentes, não devendo constar do cálculo os de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado e que, por essa razão, não devem ser repassados à contratante, conforme entendimento do TCU. Empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006.

Na composição do BDI de obras públicas devem ser considerados somente os custos alocados com base em critérios de rateio ou em estimativas ou aproximações, tais como: administração central, riscos, seguros, garantias e despesas financeiras, além da remuneração da empresa contratada e tributos incidentes sobre o faturamento. (TCU, Acórdão nº 3.034/2014, Plenário.)

Como anexos deste projeto básico são apresentadas duas planilhas de BDI, a primeira com o demonstrativo do percentual utilizado para a elaboração da planilha orçamentária, e a segunda para preenchimento pela empresa contratada.

7) ENCARGOS SOCIAIS (LEIS SOCIAIS)

Os encargos sociais (Leis sociais) são formados pelos custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários (insumos classificados como mão de obra assalariada) e têm sua origem na CLT, na Constituição Federal de 1988, em leis específicas e nas Convenções Coletivas de Trabalho. Por se tratar de custos que variam conforme os salários recebidos, incidem de forma percentual sobre os valores dos salários informados pelo IBGE.

As planilhas com os Encargos Sociais são elaboradas pela área de engenharia da CAIXA e observam padronização básica definida a partir de estudo técnico específico. Os percentuais adotados para os Encargos Sociais elaborados pelo SINAPI estão disponíveis em www.caixa.gov.br/sinapi, bem como os memoriais de cálculo desses percentuais, para cada estado e Distrito Federal, tanto para mão de obra horista quanto mensalista.

Os índices que compõem os encargos sociais dividem-se em quatro grupos:

Grupo A – Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou de convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE;

Grupo B – Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;

Grupo C – Encargos Sociais que não recebem incidência do Grupo A, os quais são predominantemente indenizatórios e devidos na ocasião da demissão do trabalhador, como aviso prévio, férias (quando vencidas) e outras indenizações;

Grupo D – Reincidências de um grupo sobre outro.

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, somente o contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, levando isso em consideração é preciso enfatizar que os percentuais apresentados pelo SINAPI, incluídos em anexo deste documento, não representam um valor fixo para os encargos sociais, servem apenas como parâmetro, pois em sua composição são feitas estimativas gerais para certos itens, como, por exemplo, percentual de ocorrências de acidentes de trabalho, que repercutem no valor dos grupos B, C e D.

A apropriação dos percentuais de Encargos Sociais varia de acordo com o regime de contratação do empregado (horista ou mensalista) e a localidade em que será realizada a obra, devido aos diversos fatores externos, tais como rotatividade da mão de obra, quantidade média de dias de chuvas, acordos locais e incidência de feriados.

Em www.caixa.gov.br/sinapi é possível acessar a Memória de Cálculo vigente dos Encargos Sociais, bem como acessar as planilhas atualizadas dos Encargos Sociais adotadas para cada uma das vinte e sete localidades de referência do SINAPI (as capitais estaduais e o Distrito Federal), onde o IBGE realiza coleta de preços de insumos. Os impactos das Leis 13.670/2018, 12.844/2013 e 13.161/2015, que tratam da desoneração da folha de pagamento da construção civil, são considerados na determinação dos percentuais de Encargos Sociais.

Assim, é necessário que a empresa contratada apresente a composição analítica dos encargos sociais próprios, conforme o regime tributário ao qual faz parte.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

8) RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRA

O relatório diário de obras (RDO) é um documento que será utilizado durante todo o prazo de execução dos serviços para registrar diariamente informações sobre o dia de trabalho na obra.

No diário de obras serão registrados, por exemplo, as principais atividades executadas no dia, o efetivo da obra, as condições climáticas, os acidentes de trabalho, as situações que implicaram na impossibilidade total ou parcial de execução de serviços ou tarefas, o início ou a conclusão de etapas.

O diário de obras devidamente preenchido é um documento indispensável para manter bons registros da obra para consultas futuras e para permitir a fiscalização de todos os serviços.

O diário de obras é o documento oficial para registro das atividades e ocorrências, e um dos principais meios de comunicação entre o contratado e a fiscalização.

O preenchimento do diário de obras deve ser feito diariamente, inclusive no caso de dias não trabalhados, como, por exemplo, nos finais de semana, podendo ficar a cargo do responsável técnico pelos serviços ou do gerente da obra, ou encarregado geral, mas sempre com a supervisão, orientação e aprovação do responsável técnico.

O texto do diário de obras deve ser claro, direto e sucinto, com detalhes somente dos pontos mais críticos e relevantes. Os comentários devem ser os necessários a caracterizar o desenvolvimento das obras, impactos que prejudicam a produção, entre outros.

Será a partir das informações disponibilizadas pela empresa no Relatório diário de obras que a fiscalização irá elaborar a prévia da medição para consulta, mencionada no tópico referente à planilha de custos deste projeto básico.

Será disponibilizado para a contratada uma plataforma digital para o preenchimento do relatório diário de obras digital, que permite a inclusão de registro fotográfico dos serviços executados. Por esse motivo, se faz obrigatória a inclusão de relatório fotográfico de todos os serviços executados durante o dia no relatório diário de obras. As imagens contidas nos relatórios devem ter qualidade que permita sua perfeita visualização e análise pela fiscalização.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

Caso a empresa contratada tenha preferência pela utilização de outra plataforma de preenchimento digital do relatório diário dos serviços, ou outro meio de preenchimento, que não prejudique a disponibilidade de informações para a fiscalização, deverá apresentá-lo para verificação e aprovação do uso pela fiscalização.

9) DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Conforme mencionado no artigo 62 da Lei 14133 de 2021, a habilitação é a fase de licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

Este tópico destina-se a orientação acerca dos requisitos de habilitação técnica dos proponentes.

A habilitação técnica requer que o licitante possua registro no CREA/CAU e demonstre as capacidades ou proficiências profissional e operacional para a perfeita execução do objeto.

O registro no CREA/CAU é comprovado mediante a apresentação de certidão válida emitida pelo Conselho a que estiver vinculada a empresa.

A comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante se dá pela apresentação de atestados de execução de serviços semelhantes aos mais significativos e relevantes do objeto, conforme Súmula TCU nº 263/2011.

A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, e será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) de tais parcelas.

Tem-se como a parcela de maior valor significativo a etapa referente aos **serviços de adequação da acessibilidade geral da edificação, interna e externa**, edificação com área total de 210 metros quadrados, com valor total de R\$ 38.226,36 (30,59% do valor total estimado da contratação), não existindo outra etapa que apresente menor valor mas destaque-se em complexidade.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

Dessa forma, para fins de habilitação técnica, o proponente deverá apresentar atestado de capacidade técnica válido perante a legislação atual de serviços de reforma ou obra que envolva itens de acessibilidade em edificação com, no mínimo, 105 metros quadrados de área.

10) PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução dos serviços apresentados afetará diretamente alguns setores do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, cabendo à fiscalização manter os responsáveis atualizados e informados sobre o andamento e o cronograma previsto para as etapas mencionadas, a fim de determinar as formas, modo, horários e demais assuntos satélites correspondentes à execução para mitigar o impacto negativo que porventura venha a existir, como, por exemplo, prejudicar o atendimento de eleitores, ou o desempenho de funções nos cartórios eleitorais.

Eventualmente outros setores deverão ser informados sobre etapas que os afetem, mesmo que não previsto na lista abaixo, cabendo à fiscalização essa tarefa.

Setor afetado	Etapas / Serviço
Direção do Fórum Eleitoral de Ibiporã	<p>Durante todas as etapas, para informar acerca do andamento e cronograma dos serviços.</p> <p>Cronograma das etapas que impedirão o uso de determinados ambientes.</p> <p>Manter a direção do Fórum informada e atualizada com a lista de funcionários, para garantir a liberação do acesso.</p> <p>Definir cronograma para os serviços de elétrica, que implicará no desligamento momentâneo da energia elétrica da edificação.</p> <p>Acordar com a Direção do Fórum os horários de abertura e fechamento dos portões, para início e término do horário de serviço diário, inclusive em finais de semana.</p>

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

	<p>Manter informada acerca do cronograma dos serviços que possam afetar as salas próximas com barulho.</p> <p>Disponibilização de local para manter as caçambas e o container.</p>
Seção de redes	Informar acerca dos serviços que serão executados para a adequação das tomadas de piso dos guichês da central de atendimento ao eleitor.
Seção de gestão do patrimônio	Solicitar o fornecimento de aparelho de ar condicionado 27000 BTU, ou similar, para instalação no Fórum.
Seção de transportes e expedição	Programar o transporte do aparelho de ar condicionado a ser instalado no Fórum.
Seção de manutenção dos imóveis do interior	<p>Informar acerca dos serviços de manutenção que serão realizados na edificação, para evitar o envio de equipe ao local para atender a chamados já solucionados.</p> <p>Informar acerca dos novos dispositivos de alarme de emergência instalados, das alterações no sistema de proteção contra incêndio, do teste realizado no sistema de gás, das alterações no sistema de ar condicionado, para orientações sobre a manutenção.</p> <p>Informar acerca da substituição dos aparelhos de ar condicionado</p> <p>Acordar cronograma de pintura geral da edificação após a conclusão dos serviços.</p>

11) CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A empresa contratada para execução da obra deve facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ação da fiscalização, permitir o amplo acesso aos serviços em execução e atender prontamente às solicitações que lhe forem dirigidas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

Conforme disposto no Manual de Obras Públicas da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio do Ministério do Planejamento, a fiscalização deverá, entre outras atividades:

- manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, Caderno de Encargos, orçamentos, cronogramas, correspondência e relatórios de andamento das atividades;
- aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos trabalhos;
- solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da Fiscalização;
- verificar se estão sendo colocados à disposição dos trabalhos as instalações, equipamentos e equipe técnica previstos na proposta e sucessivo contrato de execução dos serviços;
- esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no Programa de Necessidades, bem como nas demais informações e instruções complementares do Projeto executivo, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- promover reuniões periódicas com a Contratada para análise e discussão sobre o andamento dos trabalhos, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;
- solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade dos serviços, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais, eventualmente contratados pela Contratante;
- verificar e aprovar os relatórios periódicos de execução dos serviços elaborados em conformidade com os requisitos estabelecidos no Projeto Executivo
- exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

- analisar e aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, em obediência ao previsto no Caderno de Encargos, em particular as etapas de Estudo Preliminar, Projeto Básico e Projeto Executivo, quando pertinentes;
- verificar e aprovar eventuais acréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato;
- verificar e atestar as medições dos serviços, bem como conferir, vistar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
- encaminhar à Contratada os comentários efetuados para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;

Todas as dúvidas existentes, quanto à técnica de construção, deverão ser sanadas com a Fiscalização da Contratante, por escrito, cabendo à Contratada aguardar a deliberação para prosseguir nas atividades daí decorrentes. Em algumas etapas caberá à empresa contratada entrar em contato com a fiscalização pelas vias formais para a apresentação e especificação de certos materiais a serem empregados nos serviços, conforme ressalvas do Projeto Executivo, como, por exemplo, na apresentação das cores de tintas que serão utilizadas, ou dos gabaritos de pinturas de símbolos.

A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada principalmente via e-mail, além das anotações ou registros no Relatório de Serviços.

Recomenda-se que todas as reuniões realizadas com a empresa contratada sejam documentadas em Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização contendo, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

Recomenda-se a adoção de sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado e dos critérios de aceitação.

A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços de elaboração de projeto previstos no contrato e efetivamente executados pela Contratada. A discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas ao Contrato.

Conforme disposição do Decreto nº 7.983/2013, art. 13, II, em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites de acréscimos e supressões.

Após a verificação, através de comunicação oficial da Fiscalização, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes;

O Recebimento Definitivo deverá estar condicionado à aprovação dos serviços junto aos critérios de aceitação, apresentados em anexo deste projeto básico e do projeto executivo.

Os serviços medidos serão apenas considerados em condições de serem faturados pela Contratada, podendo a Fiscalização rejeitá-los posteriormente e solicitar da Contratada os ajustes necessários à aprovação, quando existirem vícios ocultos ou defeitos não identificados previamente.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico ou no Projeto Executivo, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

Algumas etapas possuem pontos-chaves em que recomenda-se a presença do corpo técnico da fiscalização no local dos serviços, como listado abaixo, por tratarem de serviços que ficaram escondidos pelo acabamento quando concluídos e a falta da visita técnica neste momento impedirá a perfeita fiscalização, porém, a presença da fiscalização deve se dar sempre na maior quantidade possível, a fim de evitar a necessidade de refazer serviços cujos defeitos poderiam ser detectados previamente.

Em determinados momentos, também listados abaixo, será essencial a presença do engenheiro eletricista que compõem o corpo técnico da fiscalização.

Roteiro essencial para a presença do corpo técnico da fiscalização	
Etapas/Serviço	Descrição
Acessibilidade externa	Momento da concretagem do piso de concreto, para conferência geral;
Prevenção contra incêndio	Momento da execução do teste de estanqueidade na rede de gás;
Patologias em alvenaria (Padrão da Copel)	Quando estiverem sendo realizadas as correções das fissuras, para conferências das telas e demais materiais utilizados;

Roteiro essencial para a presença do corpo técnico de serviços com a rede elétrica da fiscalização	
Etapas/Serviço	Descrição
Adequação das tomadas de piso da C.A.E.	Durante toda a execução dos serviços, para verificação do reaproveitamento dos materiais e acompanhamento dos testes realizados.
Instalação de novas tomadas	Acompanhamento geral dos serviços, para conferência dos materiais reaproveitados e das novas instalações.
Sistema de proteção contra descargas	Acompanhamento geral dos serviços,

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

atmosféricas	para conferência dos materiais reaproveitados.
Elevação da eletrocalha	Acompanhamento geral dos serviços, para conferência dos materiais reaproveitados e da infraestrutura existente, além das medidas de proteção utilizadas.
Patologias em alvenaria (Padrão da Copel)	Acompanhamento geral dos serviços, para conferir as medidas de segurança adotadas na entrada de energia.
Ar condicionado	Momento da execução dos serviços de instalação, para conferência geral da infraestrutura elétrica utilizada e dos testes de funcionamento dos aparelhos.

12) RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Incluída em anexo a este documento, as Anotações de Responsabilidade Técnica, que indicam os responsáveis técnicos pela elaboração deste Projeto Básico e seus anexos, como segue assinado

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE IBIPORÃ 2023

Leonardo Cardozo Lick
Engenheiro Civil
CREA-PR 188.435
Apoio Seção de Obras e Projetos

Marcelo Biss da Cruz
Engenheiro Eletricista
CREA-PR 124.573
Apoio Seção de Obras e Projetos

Alexandre Hagedorn
Engenheiro Civil
CREA-PR 153.017
Apoio Seção de Obras e Projetos